



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

**VIVÊNCIAS NO ACDEF: UMA ANÁLISE DA DANÇA NA
INCLUSÃO SOCIAL DOS DEFICIENTES
MENTAIS/INTELECTUAIS**

Raiana Costa Fernandes

Campina Grande-PB

2012

RAIANA COSTA FERNANDES

**VIVÊNCIAS NO ACDEF: UMA ANÁLISE DA DANÇA NA INCLUSÃO
SOCIAL DOS DEFICIENTES MENTAIS/INTELECTUAIS**

*Trabalho de Conclusão de Curso (TCC),
formato relato de experiência, apresentado à
Coordenação do Curso de Licenciatura em
Educação Física da Universidade Estadual
da Paraíba, como pré-requisito para
obtenção do título de Licenciado em
Educação Física.*

Orientadora: Prof.^a Esp. Anny Sionara Moura Lima Dantas

Campina Grande-PB

2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

F363

Fernandes, Raiana Costa.

Vivências no ACDEF: Uma análise da dança na Inclusão Social dos Deficientes mentais/Intelectuais / Raiana Costa Fernandes. – 2012.

29 f. : il. color.

Digitado.v

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, 2012.

“Orientação: Profa. Esp. Anny Sionara Moura Lima Dantas, Departamento de Educação Física”.

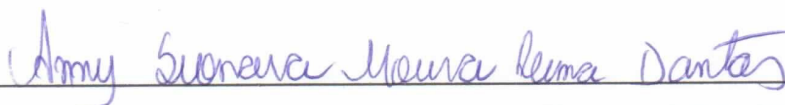
1. Deficiência. 2. Inclusão Social. 3. Dança. I. Título.
21. ed. CDD 302.14

RAIANA COSTA FERNANDES

VIVÊNCIAS NO ACDEF: UMA ANÁLISE DA DANÇA NA INCLUSÃO SOCIAL DOS DEFICIENTES MENTAIS/INTELECTUAIS

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), formato relato de experiência, apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual da Paraíba, como pré-requisito para obtenção do título de Licenciado em Educação Física.

BANCA EXAMINADORA



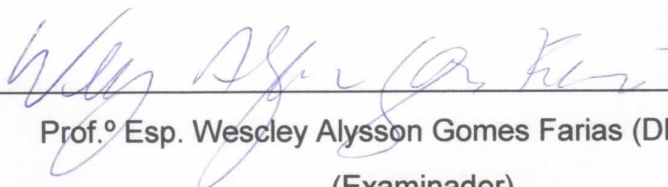
Prof.^a Esp. Anny Sionara Moura Lima Dantas (DEF/UEPB)

(Orientadora)



Prof.^a Esp. Sidilene Gonzaga de Melo (DEF/UEPB)

(Examinadora)



Prof.^o Esp. Wesley Alysson Gomes Farias (DEF/UEPB)

(Examinador)

Aprovada em _____ de Dezembro de 2012

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos...

A Deus, sempre e em todos os dias, por tudo que representa em minha vida. “A verdadeira Luz que ilumina todo homem.” (Jo 1, 9)

Aos meus pais Selma e Arimatéia, pelo carinho, pelas orações e pela confiança depositada em mim. Meu muito obrigado!

Ao Ivson, pela compreensão, paciência e, sobretudo pelo amor. Obrigada por tudo!

Ao meu irmão Rodrigo, pelo carinho e incentivo. Obrigada!

À querida orientadora Prof.^a Esp. Anny Sionara Moura, pelo incentivo, confiança, compreensão, tê-la como orientadora, foi um privilégio. Obrigada!

Ao Prof.^o Esp. Wescley Alysson Gomes Farias pela contribuição e pelas sugestões para a finalização do trabalho. Muito obrigada!

A Prof.^a Esp. Sidilene Gonzaga de Melo pela participação na banca examinadora.

Aos professores e aos participantes da associação onde foram realizadas as observações desse estudo. Obrigada!

Aos meus amigos, Rubênia, Josinaldo, Michelle, Jéssica, Liliane, pela amizade, incentivo e força. Obrigada pelo carinho!

Enfim, a todos que contribuíram e torceram pela conquista deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivos, relatar vivências na Associação Cultural para Pessoas com Deficiência (ACDEF), em Campina Grande, Paraíba, no meio acadêmico; produzir conhecimentos a cerca da Inclusão Social de pessoas com Deficiência Mental/Intelectual (DMI) através da dança; Contribuir na produção de acervo em relação à DMI e divulgar trabalhos voltados para a dança com DMI em Campina Grande, no estado da Paraíba. Trata-se de um Relato de Experiência, de abordagem observacional-descritiva, realizada com base na experiência vivida, somada ao referencial teórico, previamente obtido através de artigos e livros referentes ao assunto abordado. A experiência foi desenvolvida na Associação Cultural para Pessoas com Deficiências (ACDEF), localizada na cidade de Campina Grande, estado da Paraíba, no período de 3 (três) meses, setembro, outubro e novembro de 2012. A partir das observações realizadas pode-se perceber que as pessoas com DMI vão se descobrindo e se inserindo no meio social de forma artística, através da dança surge uma cooperação entre os participantes do projeto, tanto nos momentos de aulas e ensaios, quanto em suas vidas particulares e pessoais com a criação de vínculos afetivos. A mesma fornece ao indivíduo com DMI, o restabelecimento físico-emocional, construindo simultaneamente a melhora do suporte psicológico e social, e a melhora da autoestima. Espera-se que este relato influencie outros estudos para que abordem a mesma temática, já que esses temas ainda são escassos no meio acadêmico e para que também possam ajudar na conscientização da sociedade, mostrando as capacidades e potencialidades das pessoas com Deficiências Mentais/Intelectuais.

Palavras-chave: Deficiência Mental/Intelectual; Inclusão Social; Dança.

ABSTRACT

This study aimed, report experiences in the Cultural Association for People with Disabilities (ACDEF) in Campina Grande, Paraíba, in academia; produce knowledge about the Social Inclusion of People with Mental Retardation / Intellectual (DMI) through dance; contribute in producing acquisitions in relation to DMI and publishing studies focused on dance with DMI in Campina Grande, in Paraíba state. This is an Experience Report, the descriptive approach, made based on experience, plus the theoretical framework, previously obtained through articles and books related to the subject matter. The experiment was conducted in the Cultural Association for People with Disabilities (ACDEF), located in the city of Campina Grande, Paraíba state, within 3 (three) months, September, October and November 2012. From the observations one can see that people with AMD will be entering and discovering the social environment of artistic form through dance comes a cooperation between project participants, both in times of classes and rehearsals, and in their private and personal lives by creating emotional bonds. The same provides the individual with DMI, restoring physical and emotional, simultaneously constructing the improvement of social and psychological support, and improved self-esteem. It is hoped that this report will influence other studies that address the same topic, since these issues are still scarce in the academic and might also help in the awareness of society, showing the abilities and potential of people with Mental Illness / Intellectual.

Keywords: Mental Retardation / Intellectual; Social Inclusion; Dance

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	07
2	OBJETIVOS.....	08
	2.1 OBJETIVO GERAL.....	08
	2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	08
3	EMBASAMENTO TEÓRICO.....	09
	3.1 DEFICIÊNCIA MENTAL/INTELLECTUAL (DMI).....	09
	3.2 INCLUSÃO SOCIAL.....	11
	3.3 A INCLUSÃO SOCIAL E O DMI.....	13
	3.4 A INCLUSÃO SOCIAL ATRAVÉS DA DANÇA.....	16
4	VIVÊNCIAS NA ACDEF.....	18
	4.1 HISTÓRICO DA ACDEF.....	18
	4.2 RELATANDO A EXPERIÊNCIA VIVENCIADA.....	19
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
6	REFERÊNCIAS.....	26

1 INTRODUÇÃO

Para a formação do ¹Deficiente Mental/Intelectual (DMI) como um sujeito cidadão, portador de conhecimentos, direitos e responsabilidades, se faz necessário à conquista da participação do sujeito no processo. O presente trabalho trata-se de um Relato de Experiência, de abordagem observacional-descritiva, realizada com base na experiência vivida, somada ao referencial teórico, previamente obtido através de artigos e livros referentes ao assunto abordado. A experiência foi desenvolvida na Associação Cultural para Pessoas com Deficiências (ACDEF), localizada na cidade de Campina Grande, estado da Paraíba, no período de 3 (três) meses, setembro, outubro e novembro de 2012.

A DMI apresenta imprecisões dos conceitos, gerando dificuldades na aplicação e utilização do conhecimento produzido. Seu diagnóstico envolve a compreensão da ação combinada de quatro grupos de fatores etiológicos - biomédicos, comportamentais, sociais e educacionais. A ênfase de elementos dessas dimensões dependem do enfoque e da fundamentação teórica que orientam a concepção dos estudiosos.

Segundo o sistema *American Association on Mental Retardation* - AAMR (2006), a conceituação da DMI não pode se basear somente pelos resultados dos testes de inteligência, expressos por meio do Quociente de Inteligência (QI). Para caracterização da deficiência mental deve-se levar em consideração, além do QI, as dificuldades de comportamento adaptativo dos sujeitos.

A grande dificuldade de conceituar a DMI trouxe dúvidas sobre a realidade dessas pessoas e suas necessidades. O medo da diferença e do desconhecido é responsável, em grande parte, pela discriminação sofrida pelas pessoas com deficiência, mas principalmente por aquelas com DMI.

Quando se fala em pessoa com DMI, sempre se enfocam os limites do indivíduo e não aquilo que é capaz de fazer. Mas atualmente estão sendo realizados estudos que sugerem a mudança dessas ideias, incluindo a pessoa com DMI na sociedade, como uma pessoa capaz de decidir, impor e construir sua identidade.

Esta inclusão está sendo possível através de várias atividades, como é o caso

¹ O termo utilizado atualmente é Deficiência Intelectual, porém alguns autores ainda utilizam-se da nomenclatura Deficiência Mental.

da dança, que por trabalhar o corpo, a expressão e o sentimento, promove a valorização de indivíduos, onde suas potencialidades se expressam através de uma linguagem corporal própria.

Diante desse contexto, surgiu a necessidade de contribuir com este relato de experiência, para somar na discussão e produção de conhecimentos acerca da inclusão de pessoas com DMI através da dança.

A perspectiva desse relato também é o de contribuir para a melhoria da sociedade, no sentido de possibilitar uma reflexão acerca dos preconceitos e mitos relacionados às pessoas com DMI.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Relatar vivências na Associação Cultural para Pessoas com Deficiência - Campina Grande, Paraíba, no meio acadêmico.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Produzir conhecimentos a cerca da Inclusão Social de pessoas com Deficiência Mental/Intelectual através da dança.
- Contribuir na produção de acervo em relação à Deficiência Mental/Intelectual.
- Divulgar trabalhos voltados para a dança com Deficientes Mentais/Intelectuais em Campina Grande, no estado da Paraíba.

3 EMBASAMENTO TEÓRICO

3.1 DEFICIÊNCIA MENTAL/INTELECTUAL (DMI)

Em todas as sociedades existentes, do passado até o presente, encontram-se referências em relação à existência de pessoas com Deficiência Mental/Intelectual (DMI). Porém, no entendimento científico sobre a DMI foi a partir do século XX que começaram a organizar as definições, tornado-as mais claras, mas mesmo assim ainda são encontradas dificuldades no estudo dessa deficiência. Apesar dos grandes progressos verificados, tanto nos conhecimentos teóricos quanto nas práticas reabilitativas, a definição de DMI permanece controversa.

O conceito de DMI passou no decorrer dos anos por diversas definições e terminologias para caracterizá-la, tais como: Oligofrenia, Retardo mental, Atraso mental, Deficiência mental, etc. De acordo com Krynski (1983), esse tipo de deficiência é um vasto complexo de quadros clínicos, produzidos por várias etiologias e que se caracteriza pelo desenvolvimento intelectual insuficiente, em termos globais ou específicos.

A DMI é uma condição complexa. Seu diagnóstico envolve a compreensão da ação combinada de quatro grupos de fatores etiológicos - biomédicos, comportamentais, sociais e educacionais. A ênfase em elementos dessas dimensões depende do enfoque e da fundamentação teórica que orientam a concepção dos estudiosos.

Para o autor Rosadas (1989, p.9):

O deficiente mental é portador de vários fenômenos complexos, que modificam sua conduta, relacionados a causas ainda mais complexas, nas quais a inteligência inadequada ou insuficientemente desenvolvida constitui denominador comum.

A DMI apresenta um ritmo e uma aplicabilidade de desenvolvimento e de maturação que se verificam evoluções conceituais mal controladas, além de problemas de atenção seletiva e de auto-regulação de condutas, em que o meio joga um papel fundamental, aceitando ou rejeitando comportamentos adaptativos, que são ou não “normalizados” ou “padronizados” (FONSECA, 1995).

O Sistema *American Association on Mental Retardation* – AAMR (2002), propõe princípios básicos para definição de DMI, diagnóstico, classificação e

planificação de sistemas de apoio. A proposta teórica é funcionalista, sistêmica e bioecológica, incluindo as dimensões intelectual, relacional, adaptativa, organicista e contextual. A DMI é considerada condição deficitária, que envolve habilidades intelectuais; comportamento adaptativo (conceitual, prático e social); participação comunitária; interações e papéis sociais; condições etiológicas e de saúde; aspectos contextuais, ambientais, culturais e as oportunidades de vida do sujeito.

Segundo Luckasson et al. (2002), a DMI é caracterizada por limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, como expresso nas habilidades práticas, sociais e conceituais.

Segundo a descrição do *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* - DSM.IV (2003), a característica essencial do ²retardo mental é quando a pessoa tem um “funcionamento intelectual significativamente inferior à média, acompanhado de limitações significativas no funcionamento adaptativo em pelo menos duas das seguintes áreas de habilidades: comunicação, auto-cuidados, vida doméstica, habilidades sociais, relacionamento interpessoal, uso de recursos comunitários, autossuficiência, habilidades acadêmicas, trabalho, lazer, saúde e segurança”.

O atual modelo, apresentado pela AAMR (2006), é um aprimoramento do modelo apresentado em 2002, o qual aborda que não se deve usar mais a subdivisão terminológica de Deficiência Mental leve, moderada, grave ou profunda para designar os graus da deficiência. Considera-se também que a conceituação da DMI não pode basear-se somente em resultados dos testes de inteligência, expressos por meios de Quociente de Inteligência (QI), devendo levar em consideração além do QI, as dificuldades do comportamento adaptativo, considerando também o período do desenvolvimento que esta ocorreu. (antes dos 18 anos).

Essa associação americana a partir de 2007 passou a ser denominada de *American Association on Intellectual and Developmental Disabilities* (AAIDD), Associação Americana de Deficiência Intelectual e de Desenvolvimento, cunhando o termo “deficiência intelectual”, conforme proposta na Declaração de Montreal sobre a Deficiência Intelectual.

² Nomenclatura antiga da Deficiência Mental/Intelectual.

Este novo modelo proposto pela AAMR (2006) abrange uma abordagem multidimensional e considera cinco dimensões de análise:

- Dimensão I: Habilidades Intelectuais – concebida como capacidade geral de planejar, raciocinar, solucionar problemas, exercer o pensamento abstrato, compreender ideias complexas, apresentar rapidez de aprendizagem e aprendizagem por meio da experiência;
- Dimensão II: Comportamento Adaptativo – considerando-se o conjunto de habilidades práticas, sociais e conceituais;
- Dimensão III: Participação, Interações, Papéis Sociais – que deverá considerar a participação do sujeito na vida comunitária, avaliação das interações sociais e dos papéis vivenciado pelas pessoas;
- Dimensão IV: Saúde - condições de saúde física e mental, os fatores etiológicos e de saúde física e mental;
- Dimensão V: Contextos – relacionado ao ambiente sociocultural no qual a pessoa com DMI vive e como se dá o seu funcionamento nestes contextos.

O diagnóstico da DMI não se esclarece por uma causa orgânica, nem tão pouco pela inteligência, sua quantidade, supostas categorias e tipos. Tanto as teorias psicológicas desenvolvidas, como as de caráter sociológico, antropológico têm posições assumidas diante da condição mental das pessoas, mas ainda assim, não se consegue fechar um conceito único que dê conta dessa intrincada condição (BRASIL, MEC, 2007).

A grande dificuldade de conceituar essa deficiência trouxe consequências indeléveis na maneira de trabalhar com ela e com quem a possui. O medo da diferença e do desconhecido é responsável, em grande parte, pela discriminação sofrida pelas pessoas com deficiência, mas, principalmente, por aquelas com DMI.

3.2 INCLUSÃO SOCIAL

A expressão “inclusão social” tem sido bastante veiculada e discutida pelos mais amplos e diversos setores sociais. Há vários conceitos para esse termo, mas existe um ponto em comum: a inclusão social introduz um novo horizonte para a sociedade, pois indica outra etapa no processo de conquista dos direitos por parte das mais diversas pessoas que são discriminadas.

A melhor maneira de compreender a inclusão social é entendê-la no sentido prático, de fazer da inclusão social a vida real das famílias e das comunidades, como ponto de partida para a melhoria das condições de vida dos excluídos, prevendo a redução das desigualdades sociais.

É padrão a definição de inclusão social como sendo “o processo mais aperfeiçoado da convivência de alguém, tido como diferente, com os demais membros da sociedade, tidos como supostamente iguais. Neste caso, a sociedade se prepara e se modifica para receber a pessoa com deficiência, em todas as áreas do processo social (educação, saúde, trabalho, assistência social, acessibilidade, lazer, esporte e cultura)”.

O pesquisador Romeu Kasumi Sasaki (2003), conceitua inclusão social como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. Constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidade para todos.

Para Mantoan (2004), a inclusão é a capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A autora ainda afirma que: “a educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção.”

Para Bartalotti (2006), a inclusão social, é na verdade é uma proposta de mudança de lugar, tirar (ou “desincluir”) alguém de um espaço e incluí-lo em outro. Isso pode desestruturar tanto o lugar de onde se tira como o lugar onde se coloca. É um processo que envolve um rearranjo, em última instância, das relações entre as pessoas. É preciso, então, pensar a inclusão utilizando também outros parâmetros, que auxiliem a compreender as particularidades desse processo.

Como vemos, realizar a inclusão num grupo social não é tão fácil como algumas pessoas enxergam, é necessário cuidarmos das relações entre as pessoas, tanto no grupo que já ocupavam lugar, como no outro para onde serão deslocadas ou colocadas. A inclusão é um processo que tem inúmeras particularidades e todas precisam ser atendidas.

Para Carvalho (2006), ainda perdura na sociedade, a ideia de que cada ser humano estaria determinado a um tipo de existência, devendo conformar-se, pois não resta nada a fazer. Essa é uma visão do papel do homem com características segregacionistas e elitistas, fato que explica, sem justificar, a elitização da educação, que leva a exclusão a que os aprendizes estão sujeitos, uns porque não tem acesso à escola e outros porque saem dela prematuramente, o que não os qualifica para o exercício da cidadania.

3.3 A INCLUSÃO SOCIAL E O DMI

Conforme salientam Prado e Marostega (2001), no passado, a pessoa que apresentasse algum tipo de comprometimento físico ou mental era banida da sociedade por meio de barbáries como, por exemplo, a morte.

Mader (*apud* MANTOAN, 1997, p.45) aponta como causa os seguintes conceitos básicos:

Pessoas portadoras de deficiência não correspondem as expectativas, são anormais, diferentes (estigmatização); - Pessoas com deficiência não são muito capazes, são pouco produtiva (“apêndice inúteis da sociedade”); - Pessoas com deficiência são estigmatizadas, o estigma cria preconceitos que, por si, gera medo, e o medo provoca ignorância e afastamento; - Pessoas com deficiência não se encaixam nos valores da sociedade.

Atualmente este tipo de eliminação já não é mais praticado, nessa perspectiva, conforme Mader *apud* Mantoan (1997), considerando que a diferença é inerente ao ser humano, e, reconhecendo a diversidade como algo natural, em que cada ser pode usar de seus direitos coletivos na sociedade, um novo conceito surge em defesa das pessoas com deficiência: inclusão social.

Na evolução histórica sobre a tolerância da pessoa com DMI na sociedade ao longo dos anos, nota-se grande progresso nos dias atuais. Embora ainda persistam alguns mitos, estes não passam de equívocos gerados pela falta de informação ou interpretação infundada.

Dessa maneira, Amaral (1995), confirma que o desconhecimento perpetua atitudes preconceituosas, como por exemplo, generalizar características físicas e comportamentais a todos os que apresentam alguma diferença, sem considerar a singularidade de cada um.

A falta de conhecimento da sociedade, em geral, faz com que a deficiência seja considerada uma doença crônica, um peso ou um problema. O estigma da deficiência é grave, transformando as pessoas com deficiência mental/intelectual ou física em seres incapazes, indefesos, sem direitos, sempre deixando para o segundo lugar na ordem das coisas. É necessário muito esforço para superar esse estigma.

É notório, sob esse aspecto, que a carga de cobrança social sobre o indivíduo com deficiência se dá em proporções gigantescas, fazendo com que este, cada vez mais, encontre problemas em seu convívio social e tenha menos oportunidades em seu dia-a-dia, tendo que superar barreiras constantes ou sucumbir-se a elas nas diferentes esferas sociais, no trabalho, na escola, na própria família, no transporte e no lazer. (BLASCOVI, 1997).

De acordo com os Direitos das Pessoas com Deficiência, na Revista Nova Escola (2006), várias leis e documentos internacionais estabelecem os direitos das pessoas com deficiência no nosso país. No quadro a seguir, se destaca os aspectos legais e documentos voltados à questão da pessoa com deficiência:

<p>1988 - Constituição da República</p>	<p>Prevê o pleno desenvolvimento dos cidadãos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; garante o direito à escola para todos e coloca como princípio para a Educação o “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um”.</p>
<p>1989 – Lei Nº 7.853/89</p>	<p>Define como crime recusar, suspender, adiar, cancelar ou extinguir a matrícula de um estudante por causa de sua deficiência, em qualquer curso ou nível de ensino, seja ele público ou privado. A pena para o infrator pode variar de um a quatro anos de prisão, mais multa.</p>
<p>1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)</p>	<p>Garante direito à igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, sendo o Ensino Fundamental obrigatório e gratuito (também aos que não tiveram acesso na idade própria); o respeito dos educadores; e atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular.</p>

<p>1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)</p>	<p>A redação do parágrafo 2º do artigo 59 provocou confusão, dando a entender que, dependendo da deficiência, a criança só podia ser atendida em escola especial. Na verdade, o texto diz que o atendimento especializado pode ocorrer em classes ou em escolas especiais, quando não for possível oferecê-lo na escola comum.</p>
<p>2000 – Leis Nº 10.048 e Nº 10.098</p>	<p>A primeira garante atendimento prioritário de pessoas com deficiência nos locais públicos. A segunda estabelece normas sobre acessibilidade física e define como barreira de obstáculos nas vias e no interior dos edifícios, nos meios de transporte e tudo que dificulte a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios de comunicação, sejam ou não em massa.</p>
<p>2001 – Decreto Nº 3.956 (Convenção da Guatemala)</p>	<p>Põe fim às interpretações confusas da LDB, deixando clara a impossibilidade de tratamento desigual com base na deficiência. O acesso ao Ensino Fundamental é, portanto, um direito humano em privar pessoas em idade escolar dele, mantendo-as unicamente em escolas ou em classes especiais, fere a convenção e a Constituição.</p>

Fonte: Revista Nova Escola (2006)

Para viabilizar o processo de inclusão, não é suficiente que se prepare somente a pessoa com DMI. Faz-se necessário trabalhar a sociedade de modo abrangente, pois ela constitui fonte de exclusão, como afirmou RIBAS (1985). Os diversos segmentos da sociedade, família, escola, trabalho, estão implicados nesse processo.

A inclusão social, portanto, não é processo que diga respeito somente à pessoa com DMI, mas sim a todos os cidadãos. Não haverá inclusão da pessoa com deficiência enquanto a sociedade não for inclusiva, ou seja, realmente democrática, onde todos possam igualmente se manifestar nas diferentes instâncias de debate e de tomada de decisões da sociedade, tendo disponível o suporte que for necessário para viabilizar essa participação.

3.4 A INCLUSÃO SOCIAL ATRAVÉS DA DANÇA

Neste quesito de inclusão social dá-se a participação da dança, que segundo Verderi (1998), a dança é a arte do movimento e, a partir dela, o homem pode demonstrar papéis sociais e também desempenhar relações dentro de uma sociedade seja ela qual for. A dança como uma atividade lúdica ajuda na consolidação da inclusão social das pessoas com DMI.

Pereira e Soter (2001), relatam sobre trabalhos de dança desenvolvidos pelas pessoas com DMI, onde demonstram que o envolvimento destes vem atestando a credibilidade da dança ser forte aliada no movimento de inclusão social e que também ela proporciona mudanças aos mesmos.

Mudanças estas que os têm transformados de indivíduos que merecem nossa caridade e benevolência, em indivíduos que devem ser alvo de uma política pública, com o objetivo de proporcionar a igualdade de oportunidades, visando conseqüentemente, a sua inclusão e vida independente. Igualdade de oportunidades que pode ser gerada através da dança. (PEREIRA e SOTER, 2001)

A dança tem uma característica libertadora, onde o indivíduo com DMI depara-se com uma ótima oportunidade de alcançar um significativo progresso em seu desenvolvimento. Nesse sentido, o trabalho da dança, torna a arte como atividade prática, voltando suas funções ao benefício dos mesmos.

Segundo Marques (1999), a dança desenvolve um sentimento de alegria e que ajuda a ganhar um sentimento de pertencer. A pessoa com DMI perde o medo e conquista confiança para se comunicar livre e se torna consciente do seu potencial, este sucesso é a justificativa de uma educação através da dança.

Educação esta que é entendida como a capacidade da dança fazer com que estes sejam capazes de experimentar relacionamentos nos quais a consciência deles e dos outros é realçada.

A participação em aulas de dança pode trazer muitos benefícios, particularmente no que diz respeito ao desenvolvimento das capacidades afetivas e inclusão social. Tal atividade física, ajuda as pessoas com DMI a adquirirem não só maiores mobilidades, mas resgatam também sua autoestima e seu equilíbrio emocional.

Ela também apura os sentidos da percepção, como apresenta Sacks (2004), falando que a percepção, por conseguinte pode manifestar-se também pelos gestos, movimentos com sentido, sendo atitudes possíveis de marcar atos corporais de perceber a realidade em seu sentido espacial, a realidade da existência do outro e de si mesmo. Sendo estas possibilidades de interagir com o mundo, a fim de que o próprio corpo não se sinta inerte.

Mas a fim de que todo o processo de dança-educação para pessoas com DMI seja consolidado de forma plausível, é fundamental, que alguns cuidados sejam tomados. Deve-se analisar o grau de limitação e potencialidade, os quais requerem procedimentos específicos.

É necessário estar sensível para a condição de aprendizagem da pessoa com DMI, olhar também, para a singularidade de cada sujeito, que é resultante de sua história de vida, uma história das relações sociais que o constituíram e constituem. A autoestima dessas pessoas precisa ser alçada das profundezas da descrença que têm de si mesmas e da auto-desvalorização.

De acordo com Padilha (2001), para se compreender satisfatoriamente o modo de como o cérebro cria a mente e o comportamento humano, é necessário considerar seu contexto social e cultural. É preciso ter uma visão holística, em que o funcionamento da mente é social, sendo o homem um ser histórico e cultural.

Oferecendo uma proposta de vida útil e produtiva aos indivíduos com DMI, o investimento da dança deverá ser feito especialmente, quando a ênfase do treinamento recai sobre o que eles são capazes de fazer e não em deplorar o que não podem. É fundamental dá credibilidade às funções produtivas deles.

É interessante pontuar aqui o que Mantoan (2001) destaca sobre o esforço em favorecer o desenvolvimento intelectual: ao considerar o deficiente a partir do que ele é capaz de ser, de fazer, de enfrentar, de assumir como pessoa revela-se a todos nós e a ele próprio possibilidades que se escondiam que não lhe eram acreditadas, por falta de oportunidades de emergirem espontaneamente.

Mediante as possibilidades benéficas oriundas da dança, quando esta não é excludente, tem se acréscimos ao rendimento intelectual e mental da pessoa com DMI, pois trabalha de acordo com a sua capacidade de absorção e interação.

A partir disto leva-se em consideração que: o corpo deles muitas vezes não consegue revelar ou expressar sua alma, porque está caído, desarrumado, desarmônico, inexpressivo e doente. Seus movimentos sem sentido não falam ao outro sobre sua alma. É preciso desenvolver a consciência de si, para que seja possível expressá-la nos movimentos do corpo (PADILHA, 2001).

Logo, a dança é uma modalidade que fornece ao indivíduo, o restabelecimento físico-emocional, construindo simultaneamente melhora do suporte psicológico e social, pelo sentimento de bem-estar e melhora da autoestima.

4 A EXPERIÊNCIA NA ACDEF – ASSOCIAÇÃO CULTURAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

4.1 HISTÓRICO DA ACDEF

A Associação Cultural para Pessoas com Deficiência (ACDEF) tem por objetivo resgatar a cidadania das pessoas com deficiência através da dança, dando-lhes mais oportunidades de inclusão social e possibilidade de mostrar o quanto a arte, em qualquer expressão, pode ser um instrumento de transformação e superação dos limites de qualquer ser humano. Desta forma, este projeto tem o intuito de proporcionar uma melhor qualidade de vida, trabalhando o corpo como instrumento de libertação, resgatando a autoestima da pessoa com deficiência através do desenvolvimento de suas potencialidades artístico-cultural.

Inicialmente foi fundado o PRODART - PROJETO DE DANÇA E ARTE PARA EXEPCIONAIS, em 22 de Abril de 1999 na cidade de Campina Grande-PB, pelo professor de Educação Física, Gregson Correia de Amorim, e teve suas primeiras atividades desenvolvidas junto a SAB (Sociedade de Amigos do Bairro do Centenário) contando inicialmente com a participação de uma pessoa com deficiência física. Posteriormente suas atividades foram deslocadas para a igreja São Cristovão no mesmo bairro, nesse momento contando com a participação de mais dois componentes com deficiência. A partir daí o projeto teve um aumento no número de componentes, passando a incluir pessoas com deficiência físicas e mentais. Teve também uma parceria com a AABB (Associação Atlética Banco do Brasil) durante 2 (dois) anos. Com o desenvolvimento das habilidades artísticas daqueles componentes, o projeto passou a marcar presença nos principais eventos de Campina Grande como: Encontro para Nova Consciência, Semana Pedagógica

municipal, Festival de Inverno de Campina Grande, O Maior São João do Mundo, como também a participação em eventos em várias cidades do interior da Paraíba e capital, além de outros estados como Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Depois de 3 (três) anos de existência sentiu-se a necessidade de transformar o projeto em uma associação, onde a mesma fosse reconhecida juridicamente, não mais como projeto e sim como ACDEF (Associação Cultural para Deficientes - CG) tendo sua juridicidade em 05 de Agosto de 2002.

Atualmente sua sede encontra-se localizada à Rua Maria Eva de Moura, 286, Conjunto Cinza, e suas atividades são realizadas no Clube do Trabalhador, no Bairro da Prata, sendo parceira do SESI (Serviço Social da Indústria) a 4 (quatro) anos, a qual acolheu de braços abertos vestindo também a camisa em prol da causa e por uma melhor qualidade de vida para as pessoas com deficiência.

4.2 RELANTO A EXPERIÊNCIA VIVENCIADA

Em grupos de jovens e adultos com deficiências tem-se o pensamento de que os mesmos não possuem as mesmas habilidades e facilidades das pessoas ditas “normais”. Porém, mesmo com todas as dificuldades encontradas pelas pessoas com deficiências, seja mental ou física, a dança acontece de uma forma fascinante.

Com as observações feitas na associação, abriram-se novas concepções sobre o que “não se acredita” e o que “não se pode fazer”, foi o pensamento ao ver aqueles corpos realizando o movimento de acordo com o trabalho e música proposta, de forma inacreditável.

O grupo observado era composto de 7 (sete) alunos, jovens e adultos com DMI, com idades entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos, dois dos participantes, além da DMI também são deficientes físicos, um com deficiência auditiva (participante 1) e a outra é cadeirante (participante 2). As aulas foram realizadas nas sextas-feiras das 13:00h às 14:30h, no período de 3 (três) meses, setembro, outubro e novembro, sobre a orientação da professora Juliana da Silva.

No meu primeiro contato com os mesmos, assim que cheguei já havia 2 (dois) dos alunos no local (o participante 3 e o participante 4), eles me receberam sem nem saber quem eu era, e porque estava ali, perguntaram meu nome, onde moro, foram muito receptivos e carinhosos, e um deles foi logo falando que eles iam dançar no teatro: “(...) *agente vai dança lá no Teatro Municipal de Campina Grande,*

pra todo mundo vê!” Aos poucos foram chegando os outros, que ficaram me olhando e rindo, sem se aproximar e falar nada. Quando entramos na sala, a professora mandou que eles ficassem sentados em círculo e me apresentou à turma, explicando o motivo de estar ali. Todos me deram boas vindas e cada um foi dizendo seu nome. Após as apresentações, ela me explicou deste evento no teatro e falou que eles iam ensaiar para tal. Começou-se a aula com um breve alongamento e aquecimento com música, no momento de alongar alguns tiveram dificuldades em se equilibrar e fazer o movimento correto, mas houve a nossa intervenção tentando ajudá-los.

Como fazia duas semanas que eles não tinham aula, por motivos não falados, foi preciso relembrar os passos e as posições de cada um, foi perguntado aos mesmos se lembravam da coreografia, mas só lembraram alguns passos, com isso colocou-os nas posições iniciais, e apresentou os passos sem música, porém os alunos se mostraram sem interesse e sem ânimo. Alguns apresentaram dificuldades em se posicionar e sem noção de espaço. O participante 3, ficava distraído e inquieto, prestava atenção nos outros colegas e esquecia-se de fazer os passos. Eles pediam a todo instante para que colocássemos a música, até que ligou o som e começaram a dançar. Ainda apresentaram algumas dificuldades em relação ao posicionamento, mas mesmo assim o ensaio melhorou após colocar a música, ficaram mais animados e atentos aos movimentos.

Após repassarmos 3 (três) vezes, foi dado um descanso de 5 (cinco) minutos pra beberem água e também porque os alunos pediram, já que faziam duas semanas sem ensaios. Durante o intervalo, o participante 1, passou mal, teve uma convulsão, mas a sua mãe nos acalmou e falou que é normal, que todas as vezes que ele se emociona com alguma coisa acontece isso, ela disse que o mesmo gosta muito dos colegas e como fazia um tempo que os via, ficou emocionado ao vê-los. Quando voltamos do intervalo, ensaiamos só mais uma vez porque estavam cansados e também eles não gostavam de repetir várias vezes a mesma coisa, e logo após foi realizado um relaxamento, ficamos deitados no chão, com uma música instrumental. No término eles se despediram, nos abraçando e dando beijos, indo à procura de suas mães.

As aulas seguintes foram basicamente ensaios para o espetáculo que eles iriam realizar no Teatro Municipal de Campina Grande, no entanto houve também

algumas atividades rítmicas de descontração, que os próprios alunos pediram. Atividades estas, com bola suíça, que de acordo com a música, íamos passando a bola para o colega ao lado e também atividades com música de criança, reproduzíamos de acordo com a letra da música, que inclusive eles gostavam muito dessa atividade, queriam sempre repetir. Essas atividades eram realizadas ao final da aula, como uma forma de relaxar, descontrair e também mudar o foco daqueles ensaios, serviam também como momentos de lazer aos participantes, (...) *“Eu adoro vim pra aula, eu me divirto e brinco muito!”*.

Os jovens e adultos que dançam, gostam muito dos professores e os têm como um espelho, e também se relacionam de uma forma muito bela e respeitosa com os colegas, na hora que chegam e que saem, se abraçam, conversam, e quando alguns deles falta, ficam perguntando a todo instante porque o colega não chegou. No momento da coreografia os pares precisavam encostar o rosto um no outro, o participante 4 que era o par da participante 2 se abaixava e ficava na melhor forma que encontrava para conseguir encostar o seu rosto.

A partir da segunda aula que participei, eles já me chamaram para dançar junto a eles, tudo que faziam eu tinha de repetir. O participante 4, era o que mais ficava junto a mim, queria me abraçar, me beijar, se deixasse queria passar todo o tempo comigo. Todas as vezes que me chamavam era pelo nome, não se esqueceram dele desde que fui apresentada. Também adoravam fazer perguntas da minha vida social, minha idade, se tinha namorado, entre outras. Durante as aulas eles não paravam de se olhar no espelho existente na sala de dança, ficavam rindo e só queriam dançar em frete a ele, tudo que eles faziam era baseado nele, mesmo na hora dos giros, giravam olhando para o espelho.

A coreografia ensaiada foi com a música de Luiz Gonzaga, xote das meninas, ficávamos em pares, cada um com o seu já programado. Os homens começavam já em seus lugares, e nós mulheres íamos entrando em fila, até chegar ao par. Dançávamos juntos e com passos do xote, para frente e para trás, e também dois para um lado, dois para o outro. Após isso os homens ficavam dançando no lugar em que estava, e nós saíamos de cavalheiro em cavalheiro, dançando e fazendo giros entre os meninos. Quando voltássemos aos nossos lugares, começávamos a dançar juntos novamente, e logo em seguida formávamos um círculo, onde todos ficavam dançando e girando, desse giro terminava a coreografia e saíamos. Só em

ensaiar eles já estavam como se estivessem no palco, a alegria e satisfação eram imensas, que dava pra perceber no rosto e nos gestos de cada participante.

No momento em que estava acontecendo à aula, às mães dos participantes faziam artesanatos, elas participavam de cursos e oficinas no mesmo local, muitas das vezes os materiais feitos por elas, foram usados nas apresentações como acessórios dos seus filhos. Para os familiares presentes nas aulas, cresce cada vez mais o desejo desse projeto continuar, já que os mesmos veem a melhora da qualidade de vida de seus filhos, e conseqüentemente deles, trazendo a estas pessoas vivências ricas no seu cotidiano.

Em conversas informais com as mães dos jovens e adultos com deficiência que estavam lá, as mesmas falaram que quando chegam em casa seus filhos ficam demonstrando o que aprendeu, principalmente quando há alguma apresentação. Eles chegam entusiasmados, ansiosos e falando à respeito dos acontecimentos. Falaram também que nos relacionamentos com as outras pessoas, vizinhos, amigos da escola e irmãos melhorou após a prática da dança, pararam de brigar e de fazer confusões, e ainda disseram que seus filhos estão se arrumando e se ajeitando mais, cuidando melhor do seu corpo.

O meu último dia com o grupo, foi no espetáculo, chamado “Atrás da Porta”, realizado no Teatro Municipal de Campina Grande, no dia 10/11/2012. Nas apresentações participaram todas as turmas das pessoas com deficiências participantes da associação e teve também a participação do grupo de teatro Heureca. Apesar de ter ensaiado com eles, no dia da apresentação eu não participei, pois o meu par, o participante 7, não pôde participar da apresentação, pois tinha realizado uma cirurgia.

O espetáculo foi dividido em blocos, o primeiro bloco foi das danças populares, foi o que a turma da minha vivência, se apresentou, o segundo bloco foi o das danças contemporâneas e o terceiro e último foi o da dança de salão. Quando nossa turma entrou pra mostrar a coreografia, foi uma energia muito forte, o público começou a gritar e a aplaudir. Entraram rindo e dançaram a coreografia completa, de uma forma sensacional, dando tudo de si, mostrando ao público que aprenderam a verdadeira essência da dança. Quando terminaram fizeram reverências ao público, e ainda saíram dançando. Os mesmos, após terem terminado a apresentação, foram para plateia assistir os demais grupos que ainda faltavam dançar. No momento das

outras apresentações, eles pulavam, riam, aplaudiam, gritavam, estavam muito felizes, eufóricos, com tanta coisa boa que estava acontecendo.

Terminou o espetáculo e todos subiram no palco para agradecer ao público, junto ao coordenador do projeto Gregson Correia Amorim. Foi feita também uma homenagem às mães de todos os participantes da associação, pelo carinho e pela dedicação com os seus filhos. Esse espetáculo foi à confraternização de toda associação, foi à finalização dos trabalhos neste ano, todos os projetos da associação entraram em recesso e só irão voltar a partir do ano que vem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde que comecei o trabalho com as pessoas com deficiência percebi mudanças, tanto na minha vida profissional como na vida social. Mesmo já vivenciado a dança, ao trabalhar com pessoas com deficiência, descobri que não sabia de quase nada, a forma de conduzir e planejar as aulas melhorou muito, após essa experiência. Foi um desafio, já que não tive uma capacitação adequada no decorrer da graduação, para este público, mas foi muito gratificante e de suma importância, pois aprendi com as diferenças e também aprendi que nós profissionais precisamos estar sempre respeitando as individualidades dos nossos alunos, para que nossos objetivos sejam realmente alcançados. Tudo isso ressalta a importância de haver capacitações para os professores, a fim de instruir e preparar o profissional para a inclusão, implicando não só na dança, mas em todas as áreas que o mesmo vier a atuar.

Através da dança os jovens e adultos com DMI estavam liberando suas emoções, que antes estavam reprimidas, melhoraram seu relacionamento interpessoal e estão se sentindo mais importantes e valorizados.

A dança para pessoas com DMI é uma oportunidade que surge para o corpo dançante poder sentir algo de próprio e singular. Pelas expressões dos participantes nas aulas, acredito que mesmo com as dificuldades encontradas, os mesmos podem sentir todas as emoções que qualquer dançarino sente, ou seja, ele é um corpo dançante que pode viver intensamente os movimentos na sua relação com o mundo, deixando-se perceber, pensando, criando, atuando, decidindo e sentindo muitas coisas ao movimentar-se.

Esta visão da dança como meio de expressão máxima do ser, revelando o inconsciente e integrando corpo, mente e psique, ficou clara no decorrer das aulas de dança, à medida que os jovens e adultos apresentam novas conquistas não somente motoras, mas também afetivas e cognitivas. Isso demonstra que o desenvolvimento integral da pessoa pode se dá, apesar das dificuldades que possui, desde que receba os devidos estímulos para a descoberta de seu potencial, sendo a arte auxiliadora deste processo de descobrimento.

A melhora psíquica, física e social facilita a vida da pessoa com deficiência em seu meio social, tornando-o mais calmo, com autoestima elevada,

proporcionando um ambiente de melhor convívio com as pessoas em que passa maior parte do tempo. Através das aulas de dança esses indivíduos são estimulados em diversas habilidades, a consciência corporal deles é realçada, juntamente com a criatividade e é uma forma dos mesmos se comunicarem com o seu próprio corpo, através dos sentimentos e emoções que a dança proporciona.

As pessoas com DMI vão se descobrindo e se inserindo no meio social de forma artística, quebrando a visão de muitas pessoas ditas “normais”, que acham que esses indivíduos não são capazes de realizar tal atividade e só fazem deplorar o que eles não podem fazer.

Diante de todas as barreiras e dificuldades que as pessoas com deficiências precisam enfrentar, alguns pensam que suas vidas serão sempre limitadas e para muitos a dança nem faz parte de seu vocabulário e vida.

A dança é possível para todos, cada um tem suas habilidades de expressão e movimentos de forma individual. Com a dança surge uma cooperação entre os participantes do projeto, tanto nos momentos de aulas e ensaios, quanto em suas vidas particulares e pessoais com a criação de vínculos afetivos.

Portanto, a dança é uma modalidade lúdica e fornece ao indivíduo com DMI, o restabelecimento físico-emocional, construindo simultaneamente a melhora do suporte psicológico e social, pelo sentimento de bem-estar e melhora da autoestima.

Espera-se que este relato de experiência influencie outros estudos para que abordem a mesma temática, já que esses temas ainda são escassos no meio acadêmico e para que também possam divulgar o que a dança pode trazer para as pessoas com deficiências, conscientizando a sociedade das capacidades e potencialidades das pessoas com Deficiências Mentais/Intelectuais.

6 REFERÊNCIAS

AMARAL, L. A. **Conhecendo a deficiência: em companhia de Hércules**. São Paulo: Robe, 1995.

American Association on Mental Retardation. **Retardo mental: definição, classificação e sistemas de apoio**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

American Associatin on Mental Retardation. **Retardo mental: definição, classificação e sistemas de apoio**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

AMORIM, G. C. de. **Histórico da ACDEF: Associação Cultural para Pessoas com Deficiência**. Campina Grande, 2012. Disponível em: <<http://pontodeculturaacdef.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 30 out. 2012.

BARTALOTTI, C. C. **Inclusão social das pessoas com deficiência: utopia ou possibilidade?** São Paulo: Paulus, 2006.

BATISTELLA, P.A.; KRUG, M. R.; OLIVEIRA, L.; ZANCAN, R. F. Dança e desenvolvimento motor de portadores de necessidades educativas especiais – PNEEs. **Revista Cadernos de Educação Especial**, Santa Maria, n.20, p.89-95, 2002.

BLASCOVI, S. M. **Lazer e deficiência mental**. São Paulo: Papirus, 1997.

BRASIL, SEESP/SEED/MEC. **Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado – Deficiência Mental**. Brasília/DF, 2007.

CARVALHO, R. E. **Educação Inclusiva: Com Os Pingos Nos “Is”**. 4. ed. Porto Alegre: Meditação, 2006.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica: para uso dos estudantes universitários**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

DSM-IV-TR™. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. Tradução de Cláudia Dornelles. 4 ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2003.

FONSECA, V.; **Educação Especial – Programa de Estimulação Precoce: Uma Introdução às Idéias de Feuerstein**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FRUG, C. S. **Educação Motora em Portadores de Deficiência: formação da consciência corporal**. São Paulo: Plexus, 2001.

KRYNSKI, S. **Novos Rumos da Deficiência Mental**. São Paulo: Sarvier, 1983.

LUCKASSON, R.; BORTHWICK-DUFFY, S.; BUNTINX, W. H. H.; COULTER, D. L.; CRAIG, E. M.; REEVE, A.; SNELL, M. E. **Mental Retardation – definition, classification, and systems of support**. Washington, DC: American Association on Mental Retardation, 2002.

MANCINI, M. C. Comparação do desempenho funcional de crianças portadoras de Síndrome de Down e crianças com desenvolvimento normal aos 2 e 5 anos de idade. **Arquivos de Neuropsiquiatria**, São Paulo vol. 61, nº 2B, jun. 2003.

MANTOAN, M. T. E. **A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon. Editora SENAC, 1997.

MANTOAN, M. T. E. **Compreendendo a Deficiência Mental: novos caminhos educacionais**. São Paulo: Scipione, 2001.

_____. **Ser ou Estar, eis a questão: explicando o déficit intelectual**. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2004.

MARQUES, I. A. **Ensino de Dança Hoje: textos e contextos**. São Paulo: Cortez, 1999.

NANNI, D. **Ensino da dança**. Rio de Janeiro: Shape, 2003.

NOVA ESCOLA. **Inclusão (Edição Especial)**. São Paulo: Editora Abril, Out. 2006.

OLIVEIRA, A. A. B. **A formação profissional em educação física: legislação, limites e possibilidades**. Rio Claro: Biblioética, 2006.

OPAS/OMS. Relatório sobre a saúde no mundo 2001 - **Saúde mental: nova concepção, nova esperança**. Gênova/Suíça. 2001.

PADILHA, A. M. L. **Práticas Pedagógicas na Educação Especial: a capacidade designificar o mundo e inserção cultural do deficiente mental**. São Paulo: Autores Associados, 2001.

PEREIRA, R.; SOTER, S. **Lições de Dança 3**. Rio de Janeiro: Universidade Editora, 2001.

PRADO, A. M. C. C. do; MAROSTEGA, V. L. A Inclusão do Portador de Necessidades Especiais em Âmbito Social e Escolar. **Cadernos de Educação Especial**. Universidade Federal de Santa Maria. Vol. 1, Santa Maria, 2001. Disponível na página: <<http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2001/01/indice.htm>>. Acesso em 23 out. 2012.

RIBAS, J. B. C. **O que são pessoas deficientes**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ROSADAS, S.C. **Atividade Física Adaptada e Jogos Esportivos para o Deficiente: Eu Posso. Vocês duvidam?** Rio de Janeiro: Livraria Atheneu, 1989.

SACKS, O. C. **O homem que confundiu sua mulher com um chapéu: e outras histórias clínicas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro, 2003.

SECRETARIA de Educação Especial (SEESP/MEC). Disponível em: <seep@mec.gov.br>. Acesso em: 03 nov. 2012.

VERDERI, E. B. L. P. **Dança na Escola**. Rio de Janeiro: Sprint, 1998.